

PROCESSO	Nº: 19.656/2024
RUBRICA:	FOLHA:

Nova Friburgo, 21 de maio de 2025.

Para: Monique Borges de Azevedo

Agente de Contratação - Matrícula nº 199.046

De: Willian R.G. Borges

Membro da Comissão de Contratação - Matr.: 300.817

Referente: Análise de Qualificação Técnica - Processo nº 19.656/2024 Concorrência Eletrônica nº 90.002/2025

A fim de instruir o processo para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS DE MORAES TEIXEIRA, informo que a CONSTRUTORA A. MONTEIRO TAVARES CONSTRUÇÃO LTDA. apresentou as peças técnicas exigidas para a participação no certame.

- Declaração de vistoria ou assunção de responsabilidade assinada pelo responsável técnico;
- Indicação de pessoal técnico nominalmente, instalações, aparelhamentos adequados, qualificação de cada membro responsável pelo trabalho;
- 3. Declaração de que a empresa não possui menores de idade no seu quadro funcional;
- 4. Declaração unificada;
- 5. Declaração de termo de referência;
- 6. Declaração de responsabilidade técnica;
- 7. Atestado de capacidade técnica;
- 8. Certidão de acervo técnico do profissional- (CATs n° 103388/2021, 84116/2021, 43392/2022);
- 9. Certidão de acervo técnico da empresa (CATs n° 41071/2022, 4057/2022);
- 10. Certidão de registro profissional CREA/RJ do profissional Aleir Da Silva Muniz;
- 11. Certidão de registro profissional CREA/RJ da profissional Andrea de Cassia Valgas d'Avila
- 12. Certidão de registro de pessoa jurídica



## SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

PROCESSO	Nº: 19.656/2024
RUBRICA:	FOLHA:

De início, cabe ressaltar que **não se encontram** devidamente assinados as seguintes peças técnicas: Indicação de pessoal técnico nominalmente, instalações, aparelhamentos adequados, qualificação de cada membro responsável pelo trabalho; Declaração unificada; e a Declaração de termo de referência.

Cumpre ressaltar que, no que se refere à capacidade técnico-profissional, a empresa apresentou CATs em nome de engenheiros integrantes de seu quadro técnico, cujas atividades não demonstram compatibilidade com o objeto licitado. Por isso, conforme o item 18.1 do edital, exige-se que a comprovação esteja diretamente vinculada às parcelas de maior relevância técnica indicadas no Termo de Referência. Assim, é necessário que as experiências profissionais apresentadas estejam alinhadas, de forma específica, com essas parcelas, para fins de habilitação.

Dessa forma, não houve comprovação integral dos percentuais mínimos exigidos nos atestados e CATs dos profissionais para todos os serviços de maior relevância, conforme o item 18.8 do edital, nem a apresentação de CATs nos moldes do item 17.2.2. não atingindo os 30% mínimos para os itens 06.1.1, 06.1.5, 06.1.6, 06.5.1, 07.01, 07.02, 08.13, 09.03, 09.05 e 10.01, o que configura descumprimento dos requisitos estabelecidos no edital.

De se destacar que, em relação à capacidade técnico-operacional, a empresa apresentou atestados e CAOs em seu nome. Contudo, não foram comprovados os percentuais mínimos exigidos no item 18.8 do edital para todos os serviços de maior relevância, nem apresentadas CATs conforme prevê o item 17.2.2, nos casos sem registro de acervo. Os serviços constantes nas planilhas de execução atingem o percentual mínimo de 30% apenas no item 06.5.1.

Cumpre ressaltar que permanecem sem comprovação adequada os itens 06.1.1, 06.1.5, 06.1.6, 07.01, 07.02, 08.13, 09.03, 09.05 e 10.01, resultando no descumprimento parcial dos requisitos de qualificação técnico-operacional exigidos pelo edital.



## SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

PROCESSO	Nº: 19.656/2024
RUBRICA:	FOLHA:

Percebido que, foram apresentados três atestados de capacidade técnica com suas respectivas planilhas de serviços desacompanhadas das correspondentes CAT. Para fins de habilitação, tais documentos não atende aos requisitos legais do edital, por não configurar a devida certificação do serviço junto ao CREA. Sem a CAT, não há comprovação formal de que os serviços foram reconhecidos e integrados ao acervo técnico da empresa ou do profissional. Trata-se, portanto, de documentação sem a averbação ou certificação institucional exigida para sua aceitação como prova de capacidade técnico-operacional.

Diante do exposto, encaminha-se o presente parecer à comissão responsável para a adoção das medidas cabíveis.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Willian Borges

Matrícula n° 300.817